



ARTIGOS / ARTICLES

A PROVA DA EXISTÊNCIA DE DEUS NO *DE LIBERO ARBITRIO* DE AGOSTINHO

The Proof of God's existence in Augustine's De libero arbitrio

Maurizio Filippo Di Silva¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de esboçar a prova da existência de Deus traçada por Agostinho de Hipona no segundo livro do *De libero arbitrio*. Tendo em vista tal fim, na primeira parte desta pesquisa, examinar-se-á o critério indicado pelo Hiponense para provar que Deus existe. Em seguida, isto é, na segunda etapa deste estudo, analisar-se-á a reflexão agostiniana sobre a Verdade como objeto comum e imutável do conhecimento da razão humana. Por fim, na terceira parte desta pesquisa, examinar-se-á por que a Verdade é superior à razão e assim mostrar-se-á por que, para Agostinho, Deus existe.

PALAVRAS-CHAVE: Agostinho; Existência de Deus; *De libero arbitrio*; Razão; Verdade.

ABSTRACT: The aim of this paper is to elucidate the proof of God's existence, as outlined by Augustine of Hippo in book II of the *De libero arbitrio*. Firstly, the study delves into the criterion employed by Augustine to establish God's existence. Subsequently, the second phase scrutinizes Augustine's reflection on Truth as the common and unchanging object of human reason's comprehension. Lastly, the third part of this study explores the rationale behind the Truth's superiority to reason, thus motivating Augustine's perspective on why God exists.

KEYWORDS: Augustine; God's Existence; *De libero arbitrio*; Reason; Truth.

O objetivo deste artigo é o de esboçar a prova da existência de Deus² traçada por Agostinho de Hipona no segundo livro da obra *De libero arbitrio*. Tendo em vista tal fim, na primeira parte desta pesquisa, examinar-se-á o critério indicado pelo Hiponense para demonstrar que Deus existe. O intento desta fase do estudo será o de esclarecer por que, para Agostinho, para provar a existência de Deus, é necessário individuar algo superior à nossa razão. Em seguida, isto é, na segunda parte desta pesquisa, esboçar-se-á a reflexão

¹ Doutor em Scienze Filosofiche pela Università degli Studi di Napoli "Federico II" e professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: maurizio@ufpr.br.

² No presente artigo optou-se por recorrer à expressão "prova da existência de Deus" para indicar o que, no caso do pensamento agostiniano, seria mais oportuno denominar "demonstração da existência de Deus". Tal escolha dependeu da formulação do tema deste número de *Basilíade – Revista de Filosofia* quanto ao uso do termo *demonstrare* no contexto da reflexão do Hiponense sobre a existência de Deus, cf. *De lib. arb.*, II, 6.14; II, 15.39.

agostiniana relativa ao que pode ser conhecido pela razão de vários indivíduos sem ser por ela alterado ou subtraído aos outros sujeitos cognoscentes, isto é, a Verdade. O objetivo desta etapa do estudo será o de examinar a busca agostiniana por algo melhor do que a *ratio*. Por fim, na terceira parte desta pesquisa, analisar-se-á por que, para o Hiponense, a Verdade é superior à nossa razão. O intento desta fase do estudo será o de mostrar que, sendo que existe algo melhor do que a *ratio*, então pode-se afirmar que Deus existe.

1. O critério da prova da existência de Deus

Para esboçar a prova da existência de Deus elaborada por Agostinho no segundo livro da obra *De libero arbitrio*, é necessário, em primeiro lugar, colocar em evidência a sua relação com as etapas anteriores do diálogo entre o Hiponense e Evódio. Como sabemos, na parte final do primeiro livro da obra mencionada acima, Agostinho define o pecado afirmando que pecam os que amam os seres temporais em lugar dos seres eternos, isto é, os que amam as criaturas em lugar do Criador³. Logo depois, o Hiponense precisa tal sua reflexão acrescentando que aqueles que pecam escolhem livremente amar os seres temporais em lugar dos eternos⁴. Tais elementos se revelam de grande importância para esta pesquisa, porque as análises do livro II do *De libero arbitrio* se abrem com uma observação de Evódio relativa à definição de pecado esboçada por Agostinho. Refletindo sobre ela, Evódio afirma que os seres humanos pecam porque são livres e acrescenta que, se eles não fossem livres, então não poderiam pecar. À luz disso, Evódio pergunta a Agostinho porque Deus nos deu o livre arbítrio da vontade, o que sugere que, para o amigo do Hiponense, o Senhor não o deveria ter nos dado:

E – Se for possível, explica-me agora por que razão Deus deu ao ser humano o livre arbítrio da vontade, pois seguramente se não o tivesse recebido não poderia pecar. A – Para ti, de facto, é já certo e sabido que Deus tenha dado ao ser humano aquilo que tu achas que não lhe deveria ter sido dado? E – Tanto quanto pude entender do livro anterior, por um lado, nós temos o livre arbítrio da vontade e, por outro, é por meio dele que pecamos⁵.

³ Cf. SANTO AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, I, xvi.34. De agora em diante: *De lib. arb.*

⁴ Cf. *De lib. arb.*, I, xvi.35.

⁵ *De lib. arb.*, II, i.1. Cf. “E – Iam, si fieri potest, explica mihi quare dederit Deus homini liberum arbitrium uoluntatis, quod utique si non accepisset, peccare non posset. A – Iam enim certum tibi atque cognitum est Deum dedisse homini hoc, quod dari debuisse non putas? E – Quantum in superiori libro intellegere mihi uisus sum, et habemus liberum uoluntatis arbitrium et non nisi eo peccamus”.

Para responder à tal dúvida de Evódio, Agostinho afirma que é necessário esclarecer três questões: se Deus existe, se Deus é o autor de todos os bens e se o livre arbítrio é um bem. Com efeito, observa o Hiponense, se se conseguirá demonstrar que Deus é o autor do livre arbítrio, então, à luz da perfeição divina, será necessário reconhecer que o Senhor não errou ao nos doar o livre arbítrio da vontade:

Se te parece bem, investiguemos, então, por esta ordem: em primeiro lugar, de que modo é evidente que Deus existe. Em seguida, se todas as coisas, na medida em que são boas, provêm de Deus. Por último, se a vontade livre deve ser contada entre os bens. Depois de ter descoberto estas coisas, tornar-se-á suficientemente claro, como julgo, saber se esta vontade foi dada ao homem com justiça⁶.

Esclarecido o caminho a ser percorrido para responder à pergunta de Evódio, Agostinho passa a examinar a primeira das três questões a serem esclarecidas, isto é, a que se refere a existência de Deus. No exame desse problema, o Hiponense começa a sua reflexão elaborando um critério para provar que Deus existe. Tendo em vista tal fim, Agostinho distingue os seres em três categorias: os que existem, os que vivem e os que entendem. Ao examinar tais categorias de seres, o Hiponense afirma que a melhor é a dos seres que entendem, porque eles são os mais completos e, por isso, os mais perfeitos. À luz disso, Agostinho reconhece que o ser humano, por ser um ser que entende, é o mais perfeito entre os seres:

A – Destas três realidades, qual te parece ser a melhor? E – A inteligência. A – Por que motivo julgas ser assim? E – Porque destas três realidades – ser, viver e entender – a pedra existe e o animal vive, mas eu não julgo que a pedra viva ou que o animal entenda. Porém, é absolutamente certo que quem entende também existe e vive. Por isso, não duvido considerar melhor aquele em que estão presentes as três realidades, do que aquele a quem falte uma delas⁷.

Depois de ter mostrado que o ser humano é o melhor entre os seres, o Hiponense analisa o que há de melhor nele. Para tal fim, ele examina o que se encontra no ser humano e assim reconhece a presença nele dos sentidos exteriores, do sentido interior e da razão. Em seguida, Agostinho observa que como o sentido interior, que ele apresenta como o que percebe as nossas percepções⁸, julga os sentidos exteriores assim também a razão julga o sentido interior. À luz disso, o Hiponense afirma que, sendo que o que julga é

⁶ *De lib. arb.*, II, iii.7. Cf. “Quaeramus autem hoc ordine, si placet: primum quomodo manifestum est Deum esse; deinde utrum ab illo sint quaecumque in quantumcumque sunt bona; postremo utrum in bonis numeranda sit uoluntas libera. Quibus compertis satis adparebit, ut opinor, utrum recte homini data sit”.

⁷ *De libero arbitrio*, II, iii.7. Cf. “A – Quid in his tribus tibi uidetur excellere? E – Intellegentia. A – Cur tibi hoc uidetur? E – Quia cum tria sint haec, esse uiuere intellegere, et lapis est et pecus uiuit, nec tamen lapidem puto uiuere aut pecus intellegere; qui autem intellegit, eum et esse et uiuere certissimum est; quare non dubito id excellentius iudicare cui omnia tria insunt quam id cui uel unum desit”. Quanto ao ser humano como melhor entre os seres, cf. também: *De lib. arb.*, I, 8.18.

⁸ Cf. *De lib. arb.*, II, iii, 8-iv.10; v.12.

superior ao que é julgado, então como o sentido interior é superior aos sentidos exteriores assim também a razão é superior ao sentido interior⁹. Nessa perspectiva, torna-se evidente que, para o Hiponense, se o ser humano é o mais perfeito entre os seres e se a razão é o que há de melhor nele, então a razão é o que há de melhor no melhor entre os seres:

A – Portanto, uma vez que aquela natureza que apenas existe, e não vive nem entende, como é o caso do corpo exânime, é superada por aquela natureza que não apenas existe mas também vive, embora não entenda, como é o caso das almas dos animais; e que esta, por seu turno, é superada por aquela que conjuga ao mesmo tempo o existir, o viver e o entender, como é o caso da mente racional no ser humano: porventura julgarás que em nós – isto é, naquelas realidades que integram a nossa natureza e que fazem de nós seres humanos – se pode encontrar algo mais excelente do que aquela realidade que colocámos em terceiro lugar? Com efeito, é evidente que possuímos corpo e também uma certa vida que o anima e vivifica. Também reconhecemos estas duas realidades nos animais. E há uma terceira realidade, que é como que a cabeça da nossa alma ou o seu olho – ou qualquer outra expressão que se possa encontrar, mais apropriada para indicar a nossa razão e inteligência –, a qual não está presente na natureza dos animais. Vê, então, por favor, se consegue encontrar, na natureza do ser humano, alguma coisa mais sublime do que a razão. E – Não encontro nada melhor¹⁰.

Cabe ressaltar que as reflexões agostinianas esboçadas revelam-se de grande importância para a elaboração de um critério para demonstrar a existência de Deus. Com efeito, com base nelas, o Hiponense afirma que, para provar que Deus existe, isto é, para provar a existência do Sumo Bem, é necessário demonstrar que exista algo melhor do que há de melhor em nós, porque, se isso existe, ou é Deus ou não é Deus, mas se isso não é Deus, então Deus se revela ser o que é superior ao que é melhor da nossa razão e portanto, também neste caso, existente:

A – Estamos entendidos. Na verdade, basta-me-á mostrar que existe uma realidade com tais características, que tu reconhecerás que ela é Deus. Ou então, se existir uma realidade que lhe seja superior, será essa que admitirás que é Deus. Portanto, quer haja alguma realidade superior, quer não haja, será patente que Deus existe, quando, com a ajuda do próprio Deus, eu tiver mostrado, como prometi, que Ele está acima da razão. E – Demonstra lá então o que tinhas prometido¹¹.

⁹ Cf. *De lib. arb.*, II, v.12-vi.13

¹⁰ *De lib. arb.*, II, vi.13. Cf. “A – Cum ergo eam naturam quae tantum est neque uiuit neque intellegit, sicuti est corpus exanime, praecedat ea natura quae non tantum est, sed etiam uiuit neque intellegit, sicuti est anima bestiarum, et rursus hanc praecedat ea quae simul et est et uiuit et intellegit, sicut in homine mens rationalis: num arbitraris in nobis, id est in his quibus natura nostra completur ut homines simus, aliquid inueniri posse praestantius quam hoc quod in his tribus tertio loco posuimus? Nam et corpus nos habere manifestum est et uitam quamdam qua ipsum corpus animatur atque uegetatur, quae duo etiam in bestiis agnoscimus, et tertium quiddam quasi animae nostrae caput aut oculum aut si quid congruentius de ratione atque intelligentia dici potest, quam non habet natura bestiarum, Quare uide, obsecro, utrum aliquid inuenire possis, quod sit in natura hominis ratione sublimius. E – Nihil omnino melius uideo”. Sobre a razão como o que há de melhor no ser humano, cf. *C. Acad.*, I, 2.5; *De lib. arb.*, I, 8.18; *De Gen. C. Man.*, II, 11.15. Quanto ao uso agostiniano dos termos *mens* e *spiritus* para se referir à *ratio* ou *intelligentia*, cf. *De lib. arb.*, I, 8.18.

¹¹ *De lib. arb.*, II, vi.14. Cf. “A – Bene habet. Nam mihi satis erit ostendere esse aliquid huius modi quod aut fateberis Deum esse, aut si aliquid supra est, eum ipsum Deum esse concedes. Quare, siue supra sit aliquid siue non sit, manifestum erit Deum esse, cum ego, quod promisi, esse supra rationem eodem ipso adiuuante monstraero. E – Demonstra ergo quod polliceris”.

Definido o critério para provar que Deus existe, Agostinho, para demonstrar a existência de Deus, passa a analisar se exista algo melhor do que há de melhor em nós, isto é, a nossa razão. Para tal fim, ele começa uma nova etapa da sua reflexão, que se abre com o exame do que é objeto dos nossos sentidos exteriores.

2. A prova da existência de Deus: a Verdade como objeto comum e imutável

Agostinho começa a sua prova da existência de Deus com três observações. Ele afirma que, apesar de duas pessoas terem os sentidos exteriores (vista, ouvido, olfato, paladar e tato), isso não significa que os sentidos da primeira sejam os sentidos da segunda, porque, diversamente, o que a primeira percebe, por exemplo vê ou ouve, deveria ser percebido também pela segunda¹². Em seguida, o Hiponense observa que, apesar de dois indivíduos terem o sentido interior isso não implica que o sentido interior do primeiro seja o sentido interior do segundo, porque, se assim fosse, o que o primeiro indivíduo percebe de perceber deveria ser percebido também pelo segundo¹³. Por fim, Agostinho afirma que, apesar de duas pessoas terem a razão, isso não significa que a razão da primeira seja a razão da segunda, porque, diversamente, o que a primeira pessoa entende deveria ser entendido também pela segunda¹⁴.

Com base nessas reflexões, o Hiponense passa a analisar como dois indivíduos, cada um com os próprios sentidos exteriores, percebem o mesmo objeto e classifica, assim, tais sentidos em três grupos. No primeiro, encontram-se a vista e o ouvido. O que caracteriza tais sentidos é que duas pessoas, cada uma com a própria vista ou com o próprio ouvido, podem perceber o mesmo objeto, por exemplo o sol ou uma voz, simultânea e integralmente¹⁵. Em seguida, Agostinho apresenta um segundo grupo de sentidos, ao qual pertencem o paladar e o olfato. O que é próprio desses sentidos é que indivíduos distintos, cada um com o próprio paladar ou com o próprio olfato, podem perceber a mesma coisa, por exemplo um alimento ou o ar, simultaneamente, mas não integralmente¹⁶. Por fim, o Hiponense apresenta um terceiro grupo de sentidos onde se

¹² Cf. *De lib. arb.*, II, vii.15.

¹³ Cf. *De lib. arb.*, II, vii.15.

¹⁴ Cf. *De lib. arb.*, II, vii.15.

¹⁵ Cf. *De lib. arb.*, II, vii.16.

¹⁶ Cf. *De lib. arb.*, II, vii.17.

encontra o tato. Para Agostinho, duas pessoas, cada uma com o próprio tato, podem perceber o mesmo objeto integralmente, mas sucessivamente¹⁷.

Depois de ter analisado como dois indivíduos, cada um com os próprios sentidos exteriores, podem perceber a mesma coisa, o Hiponense examina e classifica novamente os sentidos corporais que percebem um objeto comum. Desta vez, o Hiponense afirma que a vista, o ouvido e o tato, não alteram o que conhecem nem o subtraem a um outro sujeito que o está conhecendo. Diversamente desses sentidos, o paladar e o olfato alteram o que percebem e o subtraem a um outro sujeito que o está percebendo¹⁸. À luz disso, Agostinho observa:

A – É evidente, portanto, que aquelas realidades que não transformamos e que, contudo, percebemos pelos sentidos do corpo, por um lado, não pertencem à natureza dos nossos sentidos, e, por outro, é por isso mesmo que se tornam para nós mais comuns, porque não se transformam nem se convertem em algo que nos é próprio e como que privado. E – Estou inteiramente de acordo. A – Portanto, deve entender-se por próprio e como que privado aquilo que cada um de nós toma para si mesmo e que só ele sente por si: aquilo que pertence propriamente à sua natureza. Por sua vez, é comum e como que público aquilo que pode ser sentido por todos sem sofrer em si nenhuma transformação ou alteração. E – Assim é¹⁹.

Tais reflexões do Hiponense revelam-se de grande importância, porque é com base nelas que Agostinho pergunta a Evódio se existe algo que é conhecido pela razão de vários indivíduos sem ser por ela alterado ou subtraído aos que o estão conhecendo:

A – Presta agora atenção e diz-me se vislumbras alguma realidade que vejam em comum todos os que raciocinam, cada um com a sua própria razão e mente: algo que seja visível e que esteja disponível para todos, e que, quando é utilizado por aqueles para quem está disponível, não se transforma, como acontece com a comida ou a bebida, mas permanece incorrupto e íntegro, quer eles o vejam, quer não. Acaso pensas que nada existe que possua tais características? (Agostinho, 2001, II, viii.20)²⁰.

Ao responder à pergunta do Hiponense, Evódio afirma que o que pode ser conhecido pela razão de várias pessoas sem ser por ela alterado ou subtraído aos que o estão conhecendo é o que os protagonistas da obra em exame chamam de “verdade do

¹⁷ Cf. *De lib. arb.*, II, vii.18.

¹⁸ Cf. *De lib. arb.*, II, vii.19.

¹⁹ *De lib. arb.*, II, vii.19. Cf. “A – Manifestum est ergo ea quae non commutamus et tamen sentimus corporis sensibus, et non pertinere ad naturam sensuum nostrorum et propterea magis nobis esse communia, quia in nostrum proprium et quasi priuatum non uertuntur atque mutantur. E – Prorsus adsentior. A – Proprium ergo et quasi priuatum intellegendum est quod unus quisque nostrum sibi est et quod in se solus sentit quod ad suam naturam proprie pertinet; commune autem et quasi publicum, quod ab omnibus sentientibus nulla sui corruptione atque commutatione sentitur. E – Ita est”.

²⁰ Cf. “A – Age nunc adtende, et dic mihi utrum inueniatur aliquid quod omnes ratiocinantes sua quisque ratione atque mente communiter uideant, cum illud quod uidetur praesto sit omnibus nec in usum eorum quibus praesto est commutetur quasi cibus aut potio, sed incorruptum integrumque permaneat, siue illi uideant siue non uideant. An forte nihil huiusmodi esse arbitaris?”.

número”²¹ ou “regras dos números”²², isto é, as leis da matemática. Um exemplo dessas leis é oferecido por Agostinho no seu exame da lei que regula a relação entre aqueles números que são uns o dobro dos outros. Ao a apresentar, o Hiponense afirma que, na série numérica, é possível observar que os números que são o dobro de outros são posteriores àqueles dos quais eles são o dobro e ocupam em relação a esses a mesma posição que esses ocupam em relação ao começo da série. O número dois, por exemplo, é posterior ao número um e na série numérica ele é o primeiro número depois do número um, isto é, ele ocupa a mesma posição que o número um ocupa em relação ao começo da série. Para Agostinho, o que é possível observar no caso do número dois pode ser constatado também no caso de todos aqueles números que são o dobro de outros, o que permite assim reconhecer que existe uma lei que regula tais números²³. Cabe ressaltar que a lei dos números esboçada é só um dos exemplos do que o Hiponense denomina de “verdade do número” e que além dessa ele menciona também a lei da divisão e a da adição²⁴. Para Agostinho e Evódio, o que caracteriza tais regras, é que, quando a razão humana as conhece, ela se limita a as constatar sem as alterar ou as subtrair aos indivíduos que as estão conhecendo:

E – Pelo contrário, vejo que há muitas coisas assim, das quais basta enunciar uma: a razão e a verdade do número está disponível para todos aqueles que raciocinam, de tal modo que todos os que se dedicam ao cálculo se esforçam por a apreender com a sua própria razão e inteligência. Uns podem fazê-lo com mais facilidade, outros com menos, outros não a conseguem entender de modo algum. Contudo, ela própria se apresenta igualmente a todos os que são capazes de a entender; e quando alguém a entende, ela não muda, como se fosse um alimento que se converte e se transforma naquele que a percebe. E mesmo quando alguém se engana acerca dela, ela própria não diminui mas, permanecendo sempre verdadeira e íntegra, será esse que permanece tanto mais no erro quanto menos a veja²⁵.

Em seguida, Agostinho observa que, além das regras dos números, o que pode ser conhecido pela razão de várias pessoas sem ser por ela alterado ou subtraído aos que o estão conhecendo são as que ele chama de “regras das virtudes”²⁶ ou “regras da sabedoria”²⁷. O Hiponense oferece vários exemplos dessas regras ao afirmar que a

²¹ Cf. *De lib. arb.*, II, viii.20.

²² Cf. *De lib. arb.*, II, x.29.

²³ Cf. *De lib. arb.*, II, viii.23.

²⁴ Cf. *De lib. arb.*, II, viii.21.

²⁵ *De lib. arb.*, II, viii.20. Cf. “E – Immo multa esse uideo, e quibus unum commemorari satis est: quod ratio et ueritas numeri omnibus ratiocinantibus praesto est, ut omnis eam computator sua quisque ratione et intellegentia conetur adprehendere; et alius id facilius, alius difficilium possit, alius omnino non possit, cum tamen ipsa aequaliter se omnibus praebeat ualentibus eam capere, nec cum eam quisque percipit in sui perceptoris quasi alimentum uertatur atque mutetur, nec cum in ea quisque fallitur ipsa deficiat, sed ea uera et integra permanente ille in errore sit tanto amplius quanto minus eam uidet”.

²⁶ Cf. *De lib. arb.*, II, x.29.

²⁷ Cf. *De lib. arb.*, II, x.29.

sabedoria tem de ser buscada, que as coisas piores se devem submeter às melhores, que o incorruptível é melhor do que o corruptível e que o eterno é melhor do que é temporal²⁸. Como evidente, as regras da sabedoria regulam a nossa vida moral e estabelecem o que é necessário para que o ser humano se torne virtuoso e feliz, isto é, conhecer a verdade e tornar-se sábio. Cabe ressaltar que, também no exame dessas regras, Agostinho observa que a razão, ao as conhecer, se limita a as constatar sem as alterar ou as subtrair aos indivíduos que as estão conhecendo:

A – E poderás negar que o incorruptível é melhor do que o corruptível, que o eterno é melhor do que é temporal, e que o inalterável é melhor do que aquilo que se pode alterar? E – Quem o poderá negar? A – Portanto, poderá cada um dizer que esta Verdade é propriedade sua, quando ela está presente de modo imutável em todos os que são capazes de a contemplar? E – Ninguém dirá que esta Verdade é propriedade sua, pois ela é verdadeira na medida em que é única e comum a todos. A – Do mesmo modo, quem negará que se deve afastar o espírito da corrupção e convertê-lo àquilo que é incorruptível, isto é, que se deve amar, não a corrupção, mas o que é incorruptível? Ou, uma vez que se reconheceu que existe o verdadeiro, quem não há-de compreender também que ele é imutável, e não há-de ver que ele está disponível para todas as mentes que forem capazes de o contemplar? É absolutamente verdade²⁹.

Como evidente, as regras dos números e as regras da sabedoria diferem entre si, porque as primeiras são leis que regem os números ao passo que as segundas são leis que regulam a vida moral. Contudo, sublinha o Hiponense, apesar da diferença indicada, existe algo que elas têm em comum, isto é, o fato de ambas serem verdades e pertencer ao mesmo âmbito ontológico, isto é, o da Verdade:

E – Não posso duvidar. Mais ainda gostaria muito de saber se há alguma categoria única que contenha aquelas duas realidades, isto é, a Sabedoria e o número, porque elas também aparecem unidas nas sagradas Escrituras, como tu recordaste. [...] A – Falas de um assunto que também me costuma causar muita admiração. Na verdade, quando considero comigo próprio a Verdade imutável dos números e o santuário dela, ou a sua morada, ou qualquer outro nome que se descubra que é conveniente dar a essa espécie de habitáculo ou sede dos números, afasto-me para bem longe do corpo. E encontrado talvez algo em que possa pensar, mas não encontrado algo que possa exprimir com palavras, regresso como que fatigado para aquelas realidades que estão entre nós, a fim de poder falar, e falo daquelas coisas que estão diante dos nossos olhos do modo como é costume falar deles. Também me acontece o mesmo quando penso acerca da Sabedoria, tanto quanto me é possível, com toda a atenção e intensidade. E por isso muito me espanto, uma vez que estas duas realidades estão na mais certa e secreta Verdade, sendo possível chegar a elas também pelo testemunho das Escrituras, que as coloca em conjunto, como recordei. E ainda mais me espanto porque, como disse, para a multidão dos homens, o número é desprezível, sendo-lhe cara

²⁸ Cf. *De lib. arb.*, II, x.28.

²⁹ *De lib. arb.*, II, x.28. Cf. “A – Quid? incorruptum melius esse corrupto, aeternum temporali, inuolabile uiolabili poteris negare? E – Quis potest? A – Hoc ergo uerum potest quisque suum proprium dicere, cum incommutabiliter contemplandum adsit omnibus qui hoc contemplari ualent? E – Nullus hoc uere dixerit suum esse proprium, cum tam sit unum atque omnibus commune quam uerum est. A – Item a corruptione auertendum animum atque ad incorruptionem conuertendum esse, id est non corruptionem sed incorruptionem diligendam esse, quis negat? Aut quis, cum uere esse fateatur, non etiam incommutabile intellegat atque omnibus mentibus id ualentibus intueri communiter praesto esse uideat? E – Verissimum est”.

a Sabedoria. Mas isto é assim seguramente porque cada uma dessas noções é uma e a mesma coisa³⁰.

Reconhecido que as regras dos números e as regras da sabedoria são verdades e que pertencem à Verdade, Agostinho, para provar que Deus existe, passa assim a examinar se a Verdade é inferior, igual ou superior à nossa razão.

3. A prova da existência de Deus: a Verdade e a razão

Como esclarecido, depois de ter mostrado que o que pode ser conhecido pela razão de várias pessoas sem ser por ela alterado ou subtraído aos que o estão conhecendo é a Verdade, o Hiponense examina se ela é inferior, igual ou superior à nossa razão. A esse respeito, Agostinho afirma, em primeiro lugar, que, se a Verdade fosse inferior à razão, então a razão não deveria julgar de acordo com ela, mas acerca dela. Contudo, afirma o Hiponense, a razão não julga acerca da Verdade, mas com base nela, logo a Verdade não é inferior à razão:

E julgamos estas realidades [*i.e.*: corpos e almas] de acordo com aquelas regras interiores da Verdade que contemplamos em comum. Mas acerca delas, na realidade, não há quem julgue. Com efeito, quando alguém diz que as realidades eternas são melhores do que as temporais, ou que sete e três são dez, ninguém diz que isto devia ser assim, mas tão somente reconhece que assim é, não como um examinador que corrige, mas alegrando-se com a descoberta³¹.

Logo depois, Agostinho se pergunta se a Verdade é igual à razão. Neste caso, ele observa que, se a Verdade fosse igual a razão, então ela deveria ser mutável como aquela, que às vezes conhece mais claramente às vezes menos. Contudo, ressalta o Hiponense, a Verdade é imutável, logo ela não pode ser igual á razão:

Contudo, se esta Verdade fosse igual à nossa mente, seria mutável, como ela o é. De facto, as nossas mentes, às vezes, vêem-na com mais clareza, outras com menos, e, por isso, temos de

³⁰ *De lib. arb.*, II, xi.30. Cf. “E – Dubitare non possum. Sed peruellem scire utrum uno aliquo genere contineantur haec duo, sapientia scilicet et numerus, quia coniuncta etiam in scripturis sanctis haec posita esse commemorasti [...] A – Rem dicis quam ego quoque mirari soleo. Nam cum incommutabilem ueritatem numerorum mecum ipse considero et eius quasi cubile ac penetrabile uel regionem quamdam uel si quod alium nomen aptum inueniri potest quo nominemus quasi habitaculum quoddam sedemque numerorum, longe remoueor a corpore. Et inueniens fortasse aliquid quod cogitare possim, non tamen aliquid inueniens quod uerbis proferre sufficiam, redeo tamquam lassatus in haec nostra ut loqui possim, et ea quae ante oculos sita sunt dico sicut dici solent. Hoc mihi accidit etiam cum de sapientia, quantum ualeo, uigilantissime atque intentissime cogito. Et propterea multum miror, cum haec duo sint in secretissima certissimaque ueritate, accedente etiam testimonio scripturarum quo commemorauit coniuncte illa posita, plurimum miror, ut dixi, quare numerus uilis sit multitudini hominum et cara sapientia. Sed nimirum illud est, quod una quaedam eademque res est”.

³¹ *De lib. arb.*, II, xii.34. Cf. “Et iudicamus haec secundum illas interiores regulas ueritatis quas communiter cernimus, de ipsis uero nullo modo, quis iudicat. Cum enim quis dixerit aeterna temporalibus esse potiora aut septem et tria decem esse, nemo dicit ita esse debuisse, sed tantum ita esse cognoscens non examinador corrigat, sed tantum laetatur inuentor”.

reconhecer que a mente é mutável. Mas aquela Verdade permanece sempre em si mesma, e de nada lhe aproveita o facto de ser vista por nós com mais clareza, nem perde alguma coisa pelo facto de a vermos com menos lucidez. Íntegra e incorrupta, alegre com a sua luz os que a ela se convertem e pune com a cegueira os que dela se afastam³².

À luz dessas reflexões, o Hiponense afirma que, se a Verdade não é nem inferior nem igual à nossa razão, então ela só poderá ser superior à ela, o que assim mostra que existe algo melhor do que há de melhor em nós:

E que havemos de dizer, uma vez que é também de acordo com ela que julgamos as nossas próprias mentes e que, a ela, não a podemos de modo algum julgar? Dizemos, efectivamente: “entende menos do que devia” ou: “entende como deve entender”. Ora a mente deve entender precisamente na medida em que lhe pertence mover-se e poder unir-se à Verdade imutável. Por isso, se a Verdade não é nem inferior nem igual à mente, resta apenas que lhe seja superior e mais excelente³³.

Como evidente, se para provar que Deus existe é necessário demonstrar que exista algo melhor do que a nossa razão³⁴ e se a Verdade é superior à ela, então, observa Agostinho, pode-se afirmar que Deus existe:

Ora tinhas concedido que, se te mostrasse que existe alguma coisa superior às nossas mentes, haveria de confessar que essa realidade é Deus, se nada mais houvesse que lhe fosse superior. Pela minha parte, aceitando aquilo que concedeste, tinha dito que me bastaria fazer essa demonstração. De facto, se existe alguma realidade mais excelente, será ela que é Deus. Mas, se não existe, a própria Verdade é Deus. Num caso ou noutro, não poderias negar que existe Deus. Era esta a questão que nos tínhamos proposto discutir e analisar³⁵.

Cabe ressaltar, por fim, que, para Agostinho, demonstrar que a Verdade é superior à razão, é realmente provar que Deus existe, porque a Verdade é Deus. Com efeito, sendo que Deus é o Sumo Bem e o Sumo Ser e sendo que a Verdade é imutável, então Deus é a Verdade. Mais precisamente, para o Hiponense, a Verdade coincide com a Sabedoria divina³⁶, cujos vestígios impressos na criação Agostinho passará a examinar logo em seguida para esclarecer se Deus é a origem de todos os bens³⁷.

³² *De lib. arb.*, II, xii.34. Cf. “Si autem esset aequalis mentibus nostris haec ueritas, mutabilis etiam ipsa esset. Mentis enim nostrae aliquando eam minus, aliquando eam plus uident et ex hoc fatentur se esse mutabiles, cum illa in se manens nec proficiat cum plus a nobis uidetur nec deficiat cum minus, sed integra et incorrupta et conuersos laetificet lumine et auersos puniat caecitate”.

³³ *De lib. arb.*, II, xii.34. Cf. “Quid, quod etiam de ipsis mentibus nostris secundum illam iudicamus, cum de illa nullo modo iudicare possimus? Dicimus enim «minus intellegit quam debet» aut «tantum quantum debet intellegit». Tantum autem mens debet intellegere quantum proprius admoueri atque inhaerere potuerit incommutabili ueritati. Quare si nec inferior nec aequalis est, restat ut sit superior atque excellentior”.

³⁴ Cf. *De lib. arb.*, II, vi.14

³⁵ *De lib. arb.*, II, xv.39. Cf. “Tu autem concesseras, si quid supra mentes nostras esse monstrarem, Deum te esse confessurum, si adhuc nihil esset superius. Quam tuam concessionem accipiens dixeram satis esse ut hoc demonstrarem. Si enim est aliquid excellentius, ille potius Deus est; si autem non est, iam ipsa ueritas Deus est. Siue ergo illud sit siue non sit, Deum tamen esse negare non poteris; quae nobis erat ad tractandum et disserendum quaestio constituta”.

³⁶ Cf. *De beata v.*, iv.34.

³⁷ Cf. *De lib. arb.*, II, iii.7; II, xvi.40-xvii.46.

Referências

- CATAPANO, G. *La dimostrazione dell'esistenza di Dio nel libro II del «De libero arbitrio» di Agostino*. Disponível em: https://www.academia.edu/44248053/La_dimostrazione_dell_esistenza_di_Dio_nel_libro_II_del_De_libero_arbitrio_di_Agostino. Acesso em: 11 dez. 2023.
- CILLERUELO, L. La prueba agustiniana de la existencia de Dios. *Estudio Agustiniano*, vol. 4, p. 239-273, 1969.
- FITZGERALD, A. (Ed.). *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*. São Paulo: Paulus, 2019.
- GILSON, É. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Paulus, 2006.
- HARRISON, S. “VERDADE”. In: FITZGERALD, A. (Ed.). *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*. São Paulo: Paulus, 2019, p. 954-955.
- KONDOLEON, T. Augustine's Argument for God's Existence: *De libero arbitrio*, Book II. *Augustinian Studies*, vol. 14, p. 105-115, 1983.
- MORO, E. Guida alla lettura del *De libero arbitrio* di Agostino. *Forum*, vol. 6, p. 139-168, 2020, doi: 10.17421/2498-9746-06-07.
- MOURANT, J. A. The Augustinian Argument for the Existence of God. *Philosophical Studies*, vol. 12, p. 92-106, 1963.
- OLIVEIRA E SILVA, P. INTRODUÇÃO. In: SANTO AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 13-76, 2001.
- PEGUEROLES, J. La prueba Agustiniana de la existencia de Dios en algunos textos menores. *Espíritu*, vol. 26, n. 76, p. 99-112, 1977.
- ROBERTS, L. D. Augustine's Version of the Ontological Argument and Platonism. *Augustinian Studies*, vol. 9, p. 93-101, 1978.
- SANTO AGOSTINHO. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.
- TESKE, R. J. The Aim of Augustine's Proof that God Truly Is. *International Philosophical Quarterly*, vol. 26, n. 3, p. 253-268, 1986.
- TESKE, R. J. The *De libero arbitrio* and Proof for God's Existence. *Philosophy and Theology*, vol. 2, n. 2, p. 124-142, 1987.
- TESKE, R. J. “LIBERO ARBITRIO, DE”. In: FITZGERALD, A. (Ed.). *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*. São Paulo: Paulus, 2019, p. 609-610.